



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SAPIRANGA EM 30.08.2016

Aos 30 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver, Maria Eneida Giordani e Lais Pagnoncelli Stammel, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004098-36.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes, pela Diretora de Secretaria Maria Teresa Mollmann e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 10.07.1990

Data da última correição realizada: 12.08.2015

Data de Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Aricá, Campo Bom, Nova Hartz e Sapiranga

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

1.2 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Carolina Santos Costa de Moraes	Juíza Titular	Desde 18.04.2016
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Juiz Substituto lotado	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga pertence à 63ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016, instituída a modalidade de lotação plúrima em Sapiranga, o Juiz do Trabalho Substituto Carlos Ernesto Maranhão Busatto está lotado na 1ª, 2ª e 3ª Varas.



Está desconvidado pela Corregedoria desde 28 de março de 2016 para proferir sentenças de outros Magistrados.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Cristina Bastiani	22.08.2014 a 17.04.2016	Juíza Titular	01 ano, 07 meses e 26 dias
2	Carolina Santos Costa de Moraes	Desde 18.04.2016	Juíza Titular	04 meses e 13 dias
3	Lúcia Rodrigues de Matos (Juíza do Trabalho Substituta)	19.01 a 25.01.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular -LTS	07 dias
4	Patrícia Bley Heim (Juíza do Trabalho Substituta)	26.01 a 28.01.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular -LTS	03 dias
5	Carlos Ernesto Maranhão Busatto	Desde 18.07.2016	Juiz Substituto Lotado	01 mês e 13 dias
		12.03 a 14.07.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	04 meses e 03 dias
		14.07 a 19.07.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	06 dias
		24.08 a 30.08.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		14.09 a 16.9.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	03 dias
		03.11 a 08.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	06 dias
		16.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	01 dia
6	Gustavo Pusch (Juiz do Trabalho Substituto)	22.04 a 13.05.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	23 dias
		05.08 e 06.08.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular -LTS	02 dias
7	Adriana Ledur (Juíza do Trabalho Substituta)	18.05 a 21.05.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	04 dias
		07.08 a 16.08.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular -LTS	10 dias
		29.09 a 18.10. 2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	20 dias
8	Charles Lopes Kuhn (Juiz do Trabalho Substituto)	17.08 a 04.09.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular -LTS	19 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		21.09 a 27.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		13.10 a 18.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	06 dias
		19.10 a 22.10.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	04 dias
9	Marina dos Santos Ribeiro (Juíza do Trabalho Substituta)	28.03 a 17.04.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	20 dias
10	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	25.04 e 26.04.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	02 dias
11	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	18.07 a 16.08.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	30 dias
		17.08 a 18.09.2016	Atuou em razão do Juiz Substituto lotado estar desconvocado pela Corregedoria para proferir decisão em processos de outros Magistrados	1 mês e 03 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Cristina Bastiani	19.01 a 28.01.2015	Licença para tratamento de saúde - LTS	10 dias
		22.04 a 21.05.2015	Férias	30 dias
		14.07 a 19.07.2015	Férias	06 dias
		03.08 a 04.09.2015	Licença para tratamento de saúde - LTS	33 dias
		29.09 a 22.10.2015	Férias	24 dias
		28.03 a 17.04.2016	Férias	21 dias
Titular	Carolina Santos Costa de Moraes	18.04.2016	Afastamento PA 0000799-51.2016.5.04.0000	05 dias
			Férias	30 dias
Substituto Lotado	Carlos Ernesto Maranhão Busatto *Somente considerados os afastamentos após instituído o regime de lotação plúrima	Desconvocado pela Corregedoria para proferir sentenças de outros Magistrados.	18.07 a 12.09.2016	57 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.08.2016)



1.3 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Sapiiranga				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Maria Teresa Mollmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	16.10.2009
2	Mauro Celi Oliveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	04.05.2016
3	Marcia Beatriz Siniak	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	28.04.1997
4	Emilio Souza de Quadros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	13.12.2010
5	Hormindo Aparecido Ferreira*	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	17.12.2007
6	Marcel Luz do Amaral Bastos Peroba**	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente (FC02)	12.08.2013
7	Vanessa Frolich	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.01.2016
8	Liliane Cavalcante Silva	Técnico Judiciário – Serviços Diversos	-	16.05.2015
9	Roberto Jardim Alipio***	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	20.12.2013
10	Viviane Arlete Hofstatter	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	18.12.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.08.2016)

*O servidor Hormindo Aparecido Ferreira já este lotado na Unidade no período de 07.10.1998 a 29.04.2007.

** O servidor Marcel Luz do Amaral Bastos Peroba já esteve lotado na Unidade no período de 05.10.2011 a 30.07.2013.

*** O servidor Roberto Jardim Alipio já esteve lotado na Unidade no período de 03.05.2014 a 04.12.2012

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT



Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.375,33 processos	1.001 a 1.500	10 servidores	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga está abaixo dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Maria Teresa Mollmann	Curso ou Evento (CURS)	6	8
	Curso Parcial	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Mauro Celi Oliveira Desde 04.05.2016 *	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Marcia Beatriz Siniak	Curso ou Evento (CURS)	5	5
Emilio Souza de Quadros	-	-	-
Hormindo Aparecido Ferreira	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Marcel Luz do Amaral Bastos Peroba	Curso ou Evento (CURS)	2	3
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Vanessa Frolich Desde 07.01.2016*	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Liliane Cavalcante Silva Desde 16.05.2015*	Curso ou Evento (CURS)	2	220
	Férias Saldo Origem (FA)	10	



	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	28	
Roberto Jardim Alipio	-	-	-
	Licença-Gestante (LG)	120	397
Viviane Arlete Hofstatter	Licença gestante Prorrogação (LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	217	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga, houve limitação de expediente externo ao horário das 14h às 18h e foram mantidos os prazos processuais e a realização de audiências no período de 22.06 a 29.09.2015, conforme as Portarias nº 01 e 02 de 2015, expedidas pelas Juízas do Trabalho Cristina Bastiani e Adriana Ledur, respectivamente.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Sandro Marcergeo de Rosso Lemos	07.10.2013	30.11.2015	02 anos, 01 mês e 24 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
2	Angela Mara Ribeiro D'avila	20.01.2012	06.01.2016	03 anos, 11 meses e 17 dias	Lotação na 4ª VT de Caxias do Sul
3	Daiana Eickhoff*	22.01.2016	15.02.2016	24 dias	Lotação na 3ª VT de Gravataí - Assistente de Juiz Titular (FC05)
4	Joao Henrique Pit Venzo	07.01.2015	06.04.2016	01 ano, 02 meses e 30 dias	Lotação na VT de Frederico Westphalen
5	Rejane Linck Pinto*	23.02.2016	02.05.2016	02 meses e 10 dias	Lotação na 1ª VT de São Leopoldo



6	Ana Regina da Silva Rosa Kothe**	10.03.2014	17.07.2016	02 anos, 04 meses e 08 dias	Lotação na 3ª VT de Taquararas Assistente de Juiz Substituto (FC05)
---	----------------------------------	------------	------------	-----------------------------	---

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 17.08.2016)

* As servidoras Daiana Eickhoffe e Rejane Linck Pinto já ocupavam função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

** A servidora Ana Regina da Silva Rosa Kothe já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.08.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada – 01ªa Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00



Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga – 02ª Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.776	1.916	7,88%	1.577	-17,69%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	162	186	14,81%	168	-9,68%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.120	1.317	17,59%	1.381	4,86%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	30	50	66,67%	46	-8,00%
Total	3.088	3.469	12,34%	3.172	-8,56%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

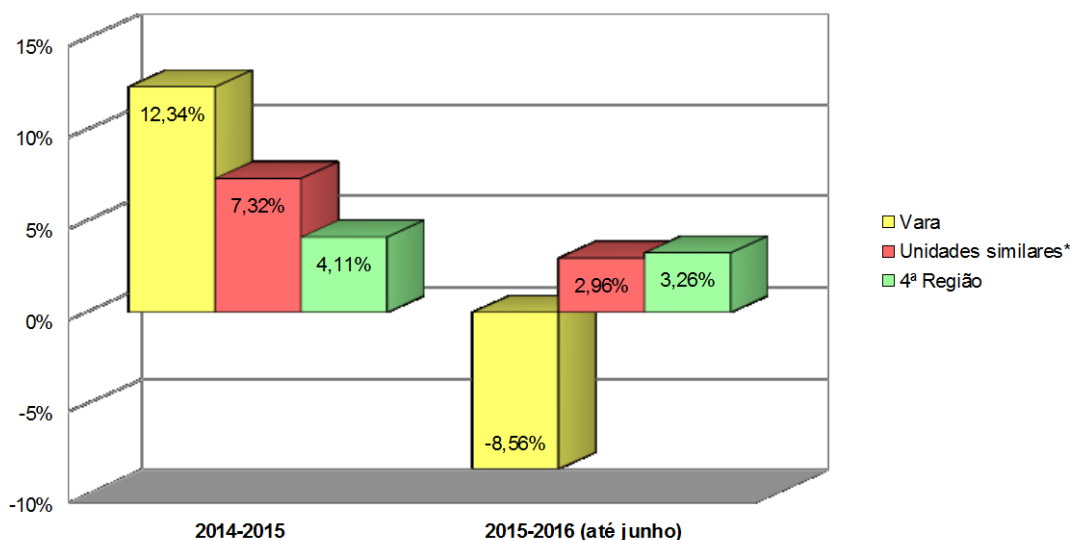


*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve elevação de 12,34% de processos tramitando na Unidade Judiciária (aumento de 381). Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para esse resultado, pelo aumento de 197 processos na fase no ano 2015.

A variação do acervo de processos na 2ª Vara do Trabalho de Sapiiranga em 2015 se deu no mesmo sentido do que ocorreu nas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e em toda 4ª Região, em que houve majoração no acervo de processos em tramitação no período, ainda que em percentuais maiores. Em contrapartida, o mesmo resultado não se repetiu no primeiro semestre de 2016, tendo a unidade apresentado decréscimo no número de processos em tramitação (8,56%) enquanto as varas de porte semelhante e o TRT como um todo apresentaram acréscimo de 2,96% e 3,26%, respectivamente.

Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.447	1.268	-12,37%	556	-56,15%
Sentenças anuladas/reformadas	13	6	-53,85%	5	-16,67%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.440	1.026	-28,75%	591	-42,40%
Processos pendentes de solução	639	838	31,14%	819	-2,27%

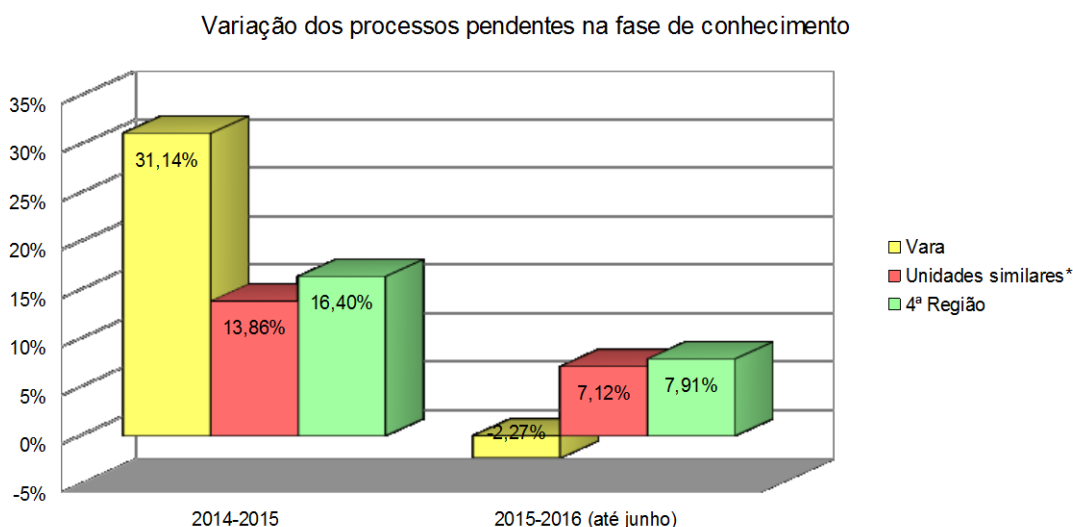
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 31,14% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 639 para 838 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes) e à média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi a redução no número de processos solucionados (queda de 28,75%).

Todavia, os dados dos seis primeiros meses de 2016 apontam redução de 2,27% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi qualitativamente melhor tanto à média das unidades com tramitação processual similar quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, as quais apresentaram aumento no estoque de processos pendentes de solução de 7,12% e 7,91%, respectivamente, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (58,83%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	147	201	36,73%	134	-33,33%
Aguardando encerramento da instrução	425	493	16,00%	566	14,81%



Aguardando prolação de sentença – no prazo	40	68	70,00%	46	-32,35%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	27	76	181,48%	73	-3,95%
TOTAL	639	838	31,14%	819	-2,27%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	99,52%	80,91%	-18,69%	106,29%	31,37%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 80,91% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se redução de 18,69% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 8,55 e 8,2 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	68,18%	53,80%	-21,09%	42,40%	-21,20%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi de 53,8% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 21,09% menor que o verificado no ano anterior. De qualquer sorte, tal desempenho foi bem próximo da média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e da média de toda a 4ª Região, tendo sido inferior a elas em 1,07 e 1,4 pontos percentuais, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados



Tipo de solução	2014		2015		2016 (até 30.06.16)		
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Com exame de mérito	Conciliação	1.031	71,6	629	61,31	300	50,76
	Julgado procedente	30	2,08	4	0,39	7	1,18
	Julgado procedente em parte	229	15,9	248	24,17	160	27,07
	Julgado improcedente	58	4,03	33	3,22	27	4,57
	Extinto	4	0,28	0	0	2	0,34
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.352	93,89	914	89,08	496	83,93
Sem exame de mérito	Extinto	15	1,04	11	1,07	14	2,37
	Arquivamento (art. 844 CLT)	45	3,13	56	5,46	48	8,12
	Desistência	22	1,53	41	4	21	3,55
	Outras decisões	6	0,42	4	0,39	12	2,03
	SUBTOTAL	88	6,11	112	10,92	95	16,07
TOTAL	1.440	100	1.026	100	591	100	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Verificou-se a diminuição de 414 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 28,75%. Essa queda vai em direção oposta ao desempenho das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, as quais registraram uma elevação da média de 6,84% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014, e de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% em sua média.

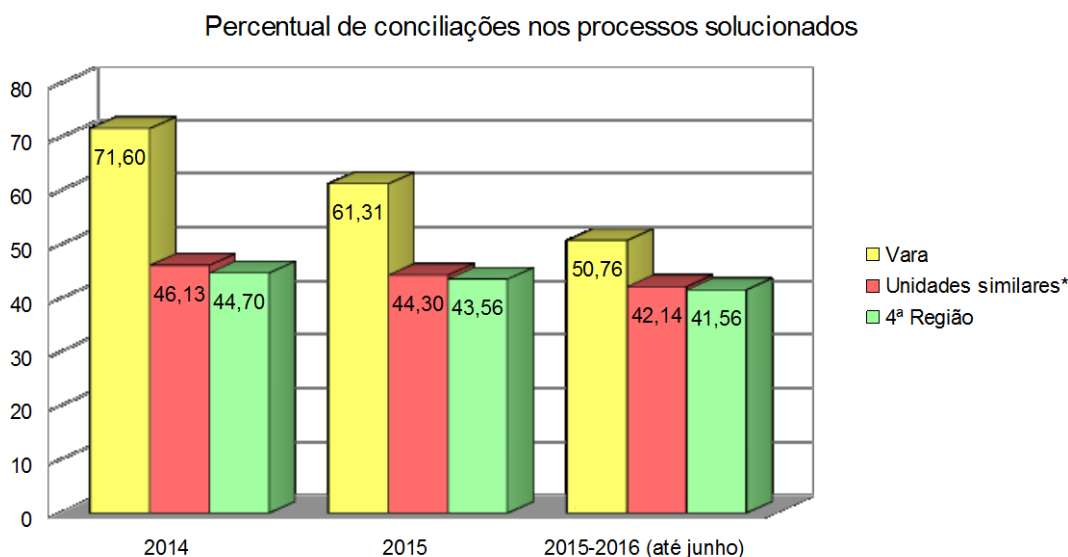
Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 321 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de 285 decisões, representando uma redução de 11,21%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, nas quais a média alcançou 8,33%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra diminuição do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 1.031, representando 71,6% dos processos solucionados. Em 2015, o número total de conciliações diminuiu para 629, correspondendo a 61,31% das soluções na fase de conhecimento. Em que pese este recuo, tal índice foi superior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,3%, bem como à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue.

Por fim, constata-se que entre janeiro e junho do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de



50,76%, resultado ainda acima da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Pendentes do período anterior	61	154	152,46%	173	12,34%
Iniciadas	236	224	-5,08%	142	-36,61%
Encerradas	137	194	41,61%	146	-24,74%
Pendentes	154	173	12,34%	151	-12,72%
Arquivo Provisório	6	6	0,00%	12	100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 154, em 2014, para 173, em 2015, importando em um aumento de 12,34%. Esse percentual foi maior que a variação da média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 10,05%, e também que o índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%. Um dos principais motivos desse aumento foi o crescimento do número de processos pendentes do período anterior: 61 no início de 2014 e 154 no início de 2015.



Nos seis primeiros meses de 2016, houve redução de 22 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a uma queda de 12,72%, índice bastante melhor que o obtido pelas unidades similares à correccionada, que foi de aumento de 0,36%, e que a média regional de 2015, que foi de redução de 1,32%.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	58,05%	86,61%	49,19%	102,82%	18,72%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 86,61% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 49,19% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 2,81 e 1,82 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	46,13%	51,32%	11,26%	46,35%	-9,69%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 foi de 51,32% do número total de liquidações a encerrar – resultado 11,26% superior ao verificado em 2014. Mesmo assim, esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 3,9 e 3 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO



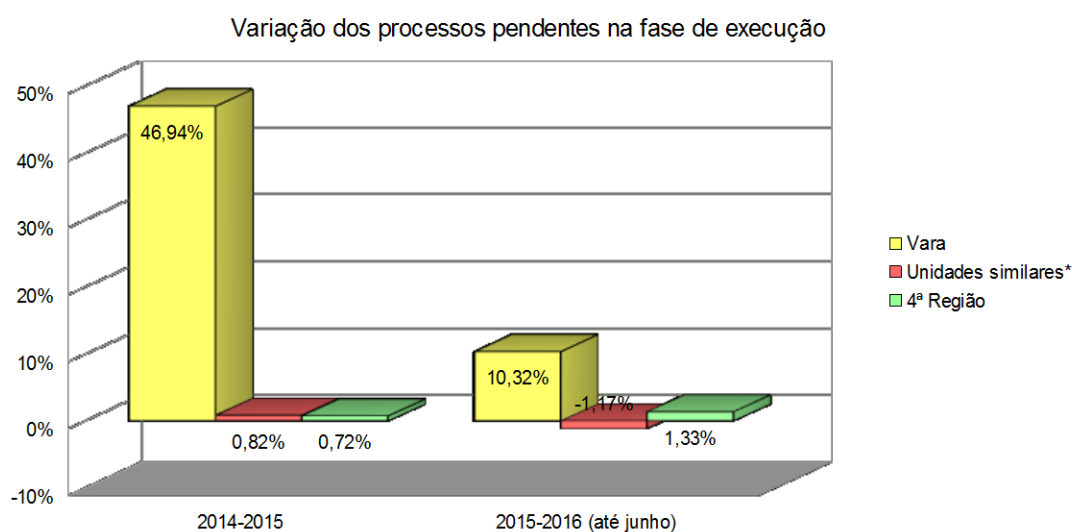
3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	229	275	20,09%	225	-18,18%
	Desarquivadas para prosseguimento	1.295	37	-97,14%	126	240,54%
Saídas	Encerradas	307	99	-67,75%	221	123,23%
	Arquivadas Provisoriamente	59	0	-100,00%	78	-
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	23	31	34,78%	37	19,35%
	Demais	386	570	47,67%	626	9,82%
	Total	409	601	46,94%	663	10,32%
Saldo no arquivo Provisório		1.258	1.222	-2,86%	1.163	-4,83%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Sapiroanga subiu de 409 para 601 processos, o que corresponde a uma elevação de 46,94% em relação ao ano anterior. Esse índice vai ao encontro da tendência de aumento apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou elevação de 0,72% em seu acervo médio (ainda que em nível bem inferior ao da unidade correccionada).

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a junho de 2016 apontam aumento de 10,32% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que a média regional no mesmo período, que aumentou apenas 1,33%.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**



Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	134,06%	36,00%	-73,15%	98,22%	172,84%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 36% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 73,15% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 52,75 e 44,03 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Sapiranga – 02ª Vara	9,01%	5,10%	-43,41%	10,79%	111,68%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga em 2015 foi de 5,1% do número total de execuções a encerrar – resultado 43,41% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,69 e 10,29 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	208	88	-57,69%	95	7,95%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.867	1.882	0,80%	1.924	2,23%



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 06.07.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme relação abaixo:

1	Processo nº 0000226-66.2013.5.04.0372
Em 18-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Adroaldo Calçados Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “com garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0118300-89.2007.5.04.0372
Em 26-5-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, os executados Evandro Hinschink – Me e Evandro Hinschink permanecem inscritos junto ao BNDT, ambos com a informação “sem garantia total do juízo”.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.07.2016)

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06.16)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
Embargos de declaração	78	86	10	97	83	26	106	44	88
*Antecipações de tutela	94	85	49	49	30	74	45	9	55
Impugnações à sentença de liquidação	3	5	3	5	3	6	2	2	5
Embargos à execução	29	31	22	21	13	30	13	14	29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos à arrematação	1	0	1	3	2	2	0	1	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	7	3	5	5	5	5	1	2	4
TOTAL	212	210	90	180	136	143	167	72	182

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

*A lista de processos com antecipação de tutela pendentes de solução está anexada ao final deste relatório (Anexo 01).

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 180 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 15,09% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 35,24% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 210 para 136. Em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão subiu de 90, em 31.12.2014, para 143 processos, em 31.12.2015 (aumento de 58,89%). Destaca-se, por fim, que em 06.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 174 processos, 21,68% maior que o do final do período anterior; os embargos de declaração eram a espécie que correspondia à maior parte (50,57%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0020437-89.2014.5.04.0372
Situação processual: Em 09/06/2015 foram opostos <u>Embargos Declaratórios</u> que foram julgados em 10/07/2015. Entretanto, embora proferida sentença (id nº bcd26e9), não tendo sido dada a específica solução no sistema (não acolhidos os embargos de declaração), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
2	Processo nº 0020004-17.2016.5.04.0372
Situação processual: Em 28/01/2016 foi formulado <u>Antecipação de Tutela</u> , que foi apreciado e deferido em audiência (29/03/2016). Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0001197-22.2011.5.04.0372
Situação processual: Foi protocolada petição de <u>Impugnação à Sentença de Liquidação</u> em 23/11/2015, que foi apreciada em 26/05/2016. Todavia, sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (julgado procedente o pedido), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	



(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	87,23	71,03	-18,57%	79,07	11,32%
	Média Ordinário	168,53	211,84	25,70%	277,74	31,11%
	Média Geral	166,69	206,47	23,86%	267,91	29,76%

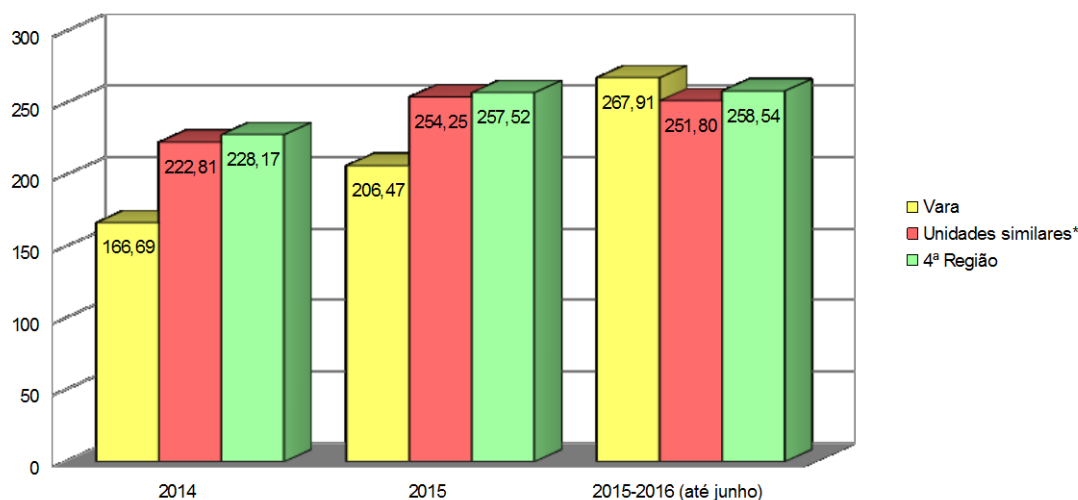
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Sapiiranga apresentou uma elevação de 23,86%, passando de 166,69 para 206,47 dias; no rito sumaríssimo, contudo, o prazo médio registrou queda de 18,57% em relação à média do ano anterior, passando de 87,23 para 71,03 dias. O rito ordinário registrou um prazo médio de 211,84 dias, 25,7% maior na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e junho de 2016 apontam uma elevação de 29,76% no prazo médio total de tramitação.

Ainda assim, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 18,79% mais célere (47,78 dias menor) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 19,82% mais célere (51,05 dias menor) que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, reduzindo as diferenças verificadas no ano de 2014. Outrossim, os dados dos primeiros seis meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 6,4% mais extenso (16,11 dias) que o das demais Unidades Similares e 3,62% mais extenso (9,37 dias) que o prazo médio geral da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	54,5	248,67	356,28%	..	#VALOR!
	Média Ordinário	123,73	214,46	73,32%	275,29	28,37%
	Média Geral	122,62	215,06	75,38%	275,29	28,01%

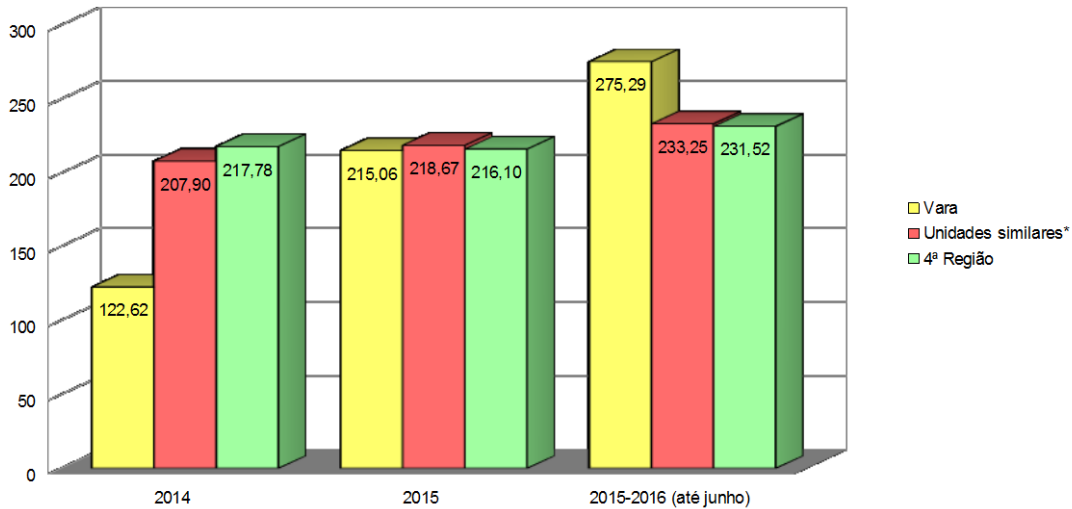
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 248,67 dias, o que equivale a um aumento de 356,28% em relação à média do ano anterior. No rito ordinário, o prazo médio alcançou 214,46 dias, 73,32% maior que na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a junho, apontam uma tendência de elevação do prazo médio geral entre o início e o encerramento da liquidação, o qual totalizou 275,29 dias no período (aumento de 28,01%).

Apesar da elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,65% mais célere (3,61 dias menor) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 0,48% mais célere (1,04 dias menor) que a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Todavia, os dados do período de janeiro a junho de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 18,02% mais longo (42,04 dias) que o das demais Unidades Similares e 18,9% mais extenso (43,77 dias maior) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	658,26	414,93	-36,97%	565,62	36,32%
	Média Ente público	1.048,25	..	#VALOR!	1.229,50	#VALOR!
	Média Geral	664,60	414,93	-37,57%	600,11	44,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

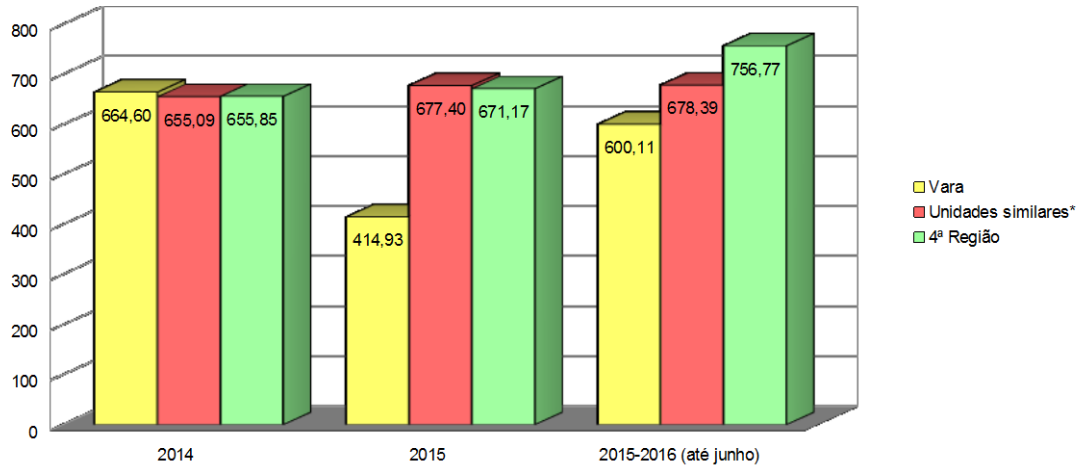
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 658,26 dias, em 2014, para 414,93 dias, em 2015. De janeiro a junho de 2016, contudo, a média aumentou para 565,62 dias, prazo 36,32% maior que o do período anterior.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga foi 38,75% mais célere (262,47 dias) que o prazo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 38,18% menor (256,24 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que nos seis primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 11,54% menor (78,29 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 20,7% menor (156,67 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região, diminuindo as diferenças verificadas no ano de 2015.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.268	1.026	80,91%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
661	629	95,16%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
275	99	36,00%	Meta não cumprida



* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
10	10	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	11	14
Estado do Rio Grande do Sul	8	2
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	10	8
União	8	7
OI S.A.	0	3
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0
Caixa Econômica Federal - CEF	2	3
Banco do Brasil S.A.	0	1
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0

Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
42	38	-9,52%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	166,69	206,47	165,02	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	853	1031	942	629	952	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 **Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.06.2016	Solucionados até 30/06/2016	%	Resultado parcial (até 30.06.16)
556	591	106,29%	Indicativo de cumprimento da meta

5.2.2 **Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.06.16	%	Resultado parcial (até 30.06.16)
638	588	92,16%	Meta já cumprida

5.2.3 **Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ



	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06.16)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.06.16)
Total de acordos	853	1031	942	300	961	Indicativo de descumprimento da meta
Média mensal de acordos	71,08	85,92	78,5	50,00	80,08	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06.16)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.06.16)
225	291	129,33%	Indicativo de cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	14	14
União	7	0
Estado do Rio Grande do Sul	2	2
Caixa Econômica Federal - CEF	3	3
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	8
OI S.A.	3	2



Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1	3
Claro S.A.	5	5
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	1

Total em 2015	Total em 2016 (até 30.06)	Percentual atingido	Resultado
44	38	-13,64%	Indicativo de cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas à quintas-feiras. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		7(I) 3(P) 1(U)		7(I) 3(P) 1(U)	
Tarde		8(I) 3(P) 1(U)		8(I) 3(P) 1(U)	

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	8(I) 4(P) 1(U)		8(I) 4(P) 1(U)		
Tarde	7(I) 4(I) 1(U)		7(I) 4(I) 1(U)		

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário*
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo*
- P – Audiências de prosseguimento*
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*



O J2 realiza sessões a cada três semanas, pois atua nas 3 Varas do Trabalho de Sapiroanga.

As CPIs são incluídas nos horários pautados para audiências unas de rito sumaríssimo.

Audiências de conciliação na fase de execução são realizadas a pedido das partes e incluídas em pauta próxima.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	22.09.2016	09.11.2016	13.09.2016	09.11.2016
Una Sumaríssimo	14.02.2017	25.01.2017	04.10.2016	05.09.2016
Instrução	01.06.2017	05.07.2017	23.03.2017	03.07.2017

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.08.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Variação 2015- 2016
		Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	32,4	28,98	-10,57%
Média Ordinário	32,85		44,5	35,44%	78,77	77,01%
Média Geral	32,84		43,99	33,95%	76,76	74,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo diminuiu de 32,4 dias, em 2014, para 28,98 dias, em 2015 (de 10,57%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 32,85 dias, em 2014, para 44,5 dias, em 2015 (aumento de 35,44%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a junho, apontam elevação de 42,16% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 77,01% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no dia da inspeção.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que o prazo médio das audiências iniciais é inferior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.



6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06.16)	Varição 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	66,11	20,5	-68,99%	19,82	-3,30%
	Média Ordinário	182,43	139,95	-23,29%	200,51	43,28%
	Média Geral	177,31	135,45	-23,61%	190,67	40,77%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 66,11 dias, em 2014, para 20,5 dias, em 2015 (68,99%). Também o rito ordinário registrou redução da média de 182,43 dias, em 2014, para 139,95 dias, em 2015 (23,29%). No primeiro semestre de 2016, contudo, houve aumento do prazo médio geral em 40,77%.

Em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, constata-se que o prazo médio das audiências de prosseguimento é superior ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Ledur	114	62	4	0	180
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	140	91	1	1	233
Charles Lopes Kuhn	136	99	9	0	244
Cristina Bastiani	544	345	21	10	920
Gustavo Pusch	142	52	1	1	196
Lúcia Rodrigues de Matos	14	4	0	0	18
Patrícia Bley Heim	29	9	0	0	38
TOTAL	1.119	662	36	12	1.829

Juiz (a)	2016 (até 30.06.16)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Carolina Santos Costa de Moraes	341	115	18	4	478



Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	20	11	0	0	31
Cristina Bastiani	169	91	13	1	274
Marina dos Santos Ribeiro	97	43	6	0	146
TOTAL	627	260	37	5	929

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	59	18	0	77	6	83
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	83	55	0	138	13	151
Charles Lopes Kuhn	83	25	0	108	13	121
Cristina Bastiani	288	132	0	420	55	475
Fernando Reichenbach	-	16	0	16	-	16
Gustavo Pusch	102	30	0	132	24	156
Lúcia Rodrigues de Matos	6	1	0	7	-	7
Patrícia Bley Heim	8	8	0	16	1	17
TOTAL	629	285	0	914	112	1.026

2016 (até 30.06.16)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	-	21	0	21	-	21



Almiro Eduardo de Almeida	-	9	0	9	-	9
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	2	7	0	9	3	12
Carolina Santos Costa de Moraes	166	27	0	193	47	240
Charles Lopes Kuhn	-	19	0	19	-	19
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	6	3	0	9	3	12
Cristina Bastiani	73	92	1	166	25	191
Gustavo Pusch	-	1	0	1	-	1
Lúcia Rodrigues de Matos	1	0	0	1	-	1
Marina dos Santos Ribeiro	50	15	1	66	17	83
Juiz não informado	2	0	0	2	-	2
TOTAL	300	194	2	496	95	591

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

A Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Substituta Adriana Ledur	Processo de Cognição	01
Juíza Titular Carolina Santos Costa De Moraes	Processo de Cognição	37
Juíza Titular Carolina Santos Costa De Moraes	Embargos à execução	04
Juíza Substituta Cristina Bastiani	Processo de Cognição	73
Juiz Substituto Fernando Reichenbach	Processo de Cognição	02
Juíza Substituta Marina Dos Santos Ribeiro	Processo de Cognição	01
Total: 118		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 26.08.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 11.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta no Anexo 02, ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS



Notificações e ofícios urgentes são expedidos de imediato. Os demais são expedidos em uma semana ou, no máximo, 2 semanas. A unidade está passando a utilizar o “despacho-ofício”, a fim de tornar o processo mais célere.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Os mandados de citação e penhora têm sido expedidos entre 20 e 30 dias após a determinação, em razão do quadro reduzido de servidores (duas vagas em aberto e duas servidoras em licença gestante). Atualmente, apenas 01 servidor é responsável pelo cumprimento e análise das execuções.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são considerados prioridade e são expedidos na mesma semana em que determinado. A unidade tem utilizado o despacho-alvará e os bancos não têm manifestado qualquer oposição.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe entre 70 e 90 petições por dia, considerando processos físicos e eletrônicos. Na data da inspeção estava sendo despachado o protocolo do dia 08.08.2016, nos processos físicos, e do dia 19.08.2016, nos eletrônicos. A Diretora salientou que contestações e procurações são retiradas do agrupador no mesmo dia do protocolo.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção a unidade estava certificando o prazo do final de julho nos processos físicos.

No PJe o prazo é organizado por semana e separado por fases. Estava sendo certificado o prazo dos dias 19-25 de julho, na instrução e na execução, e dos dias 18-22 de julho na liquidação.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de processos ao TRT semanalmente.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Em razão da falta de pessoal, o arquivamento tem sido feito por mutirão, sem periodicidade definida.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade tem poucas execuções reunidas. Começou esse procedimento nesse ano, desde a chegada da Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A vara inscreve o devedor no BNDT após resultado negativo do Bacen e a determinação de retirada é feita no despacho que extingue a execução.



7.11 EXAME DOS LIVROS

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000735-65.2011.5.04.0372	10.06.2016
2	0300600-15.1990.5.04.0372	07.07.2016
3	0112100-28.1991.5.04.0372	14.07.2016
4	0163200-26.2008.5.04.0372	15.07.2016
5	0001404-50.2013.5.04.0372	25.07.2016
6	0001349-02.2013.5.04.0372	02.08.2016
7	0000262-11.2013.5.04.0372	02.08.2016
8	0001350-84.2013.5.04.0372	02.08.2016
9	0000655-04.2011.5.04.0372	02.08.2016
10	0000704-40.2014.5.04.0372	02.08.2016
11	0000471-48.2011.5.04.0372	02.08.2016
12	0000410-56.2012.5.04.0372	15.08.2016
13	0072000-55.1996.5.04.0372	18.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.08.2016)

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000600-87.2010.5.04.0372	11.07.2016
2	0000019-38.2011.5.04.0372	11.07.2016
3	0141700-35.2007.5.04.0372	11.07.2016
4	0000001-80.2012.5.04.0372	19.07.2016
5	0000180-43.2014.5.04.0372	25.07.2016
6	0000940-26.2013.5.04.0372	25.07.2016
7	0000651-93.2013.5.04.0372	25.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.08.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Carga OJ	Processo	Prazo
----------	----------	-------



1	372-00196/16	0000857-10.2013.5.04.0372	18.07.2016
2	372-00199/16	0000206-41.2014.5.04.0372	26.07.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.08.2016)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, foram analisados 09 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 29.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **428 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0165300-76.1993.5.04.0372
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: A numeração dos autos provisórios (fl.132) não observa o que determina o artigo 66 da CPCR (canto inferior direito). Movimentação Processual: Demora no impulso processual: a) processo permaneceu sem movimentação no período compreendido entre 8-5-2015 (fl.139) e 16-2-2016 (fl.338); b) processo sem andamento desde 30-5-2016 (fl.366)	
2	Processo nº 0001483-29.2013.5.04.0372
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: termo de juntada (fl.154 v), não menciona guias de custas e de depósito recursal que acompanham o recurso ordinário, em desatendimento ao artigo 101, § único, da CPCR. Movimentação Processual: Nada a apontar.	
3	Processo nº 0001345-62.2013.5.04.0372
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
4	Processo nº 0000256-67.2014.5.04.0372
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
5	Processo nº 0000709-96.2013.5.04.0372
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após documentos aos quais se referem, ex. fl. 1096. Movimentação Processual: Nada a apontar.	
6	Processo nº 0045900-43.2008.5.04.0372
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	



7	Processo nº 0000984-95.2012.5.04.0302
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
8	Processo nº 0000410-27.2010.5.04.0372
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Nada a apontar Movimentação Processual: Nada a apontar	
9	Processo nº 0001176-46.2011.5.04.0372
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Recibos juntados após documentos aos quais se referem, a exemplo daquele juntado à fl. 651. A carga da fl. 664, não consigna o endereço ou telefone da contadora “ad hoc” (artigo 53, III, da CPCr). Movimentação Processual: Demora no impulso processual; processo sem movimentação no período compreendido entre 28-1-2016 e 15-6-2016.	

* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 29.08.2016, conforme segue:

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0073200-34.1995.5.04.0372	
Situação do processo em andamento interno – Processos Exemplos:	
0001511-94.2013.5.04.0372	
Autos aguardando arquivamento ou devolução ao arquivo – Processos Exemplos:	
0154200-56.1995.5.04.0372	0001097-67.2011.5.04.0372
0001169-20.2012.5.04.0372	0001354-58.2012.5.04.0372
0001169-20.2012.5.04.0372	0001046-85.2013.5.04.0372
Demora no impulso processual ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0136700-54.2007.5.04.0372	0015100-66.2007.5.04.0372
0100400-98.2004.5.04.0372	
Mandado devolvido negativo pelo OJ sem andamento há mais de 60 dias – Processos Exemplos:	
0000736-50.2011.5.04.0372	0000664-58.2014.5.04.0372
Petição protocolada aguardando apreciação do Juízo ou andamento – Processos Exemplos:	



0000136-29.2011.5.04.0372	0001323-04.2013.5.04.0372
Processo recebido do TRT/TST sem andamento ou cumprimento – Processos Exemplos:	
0000727-83.2014.5.04.0372	0000017-29.2015.5.04.0372
Carta Precatória devolvida sem andamento – Processos Exemplos:	
0000819-61.2014.5.04.0372	
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000234-48.2010.5.04.0372	0060700-81.2005.5.04.0372
0012100-29.2005.5.04.0372	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, não há procedimento padrão de liberação do depósito recursal. Ocorre análise caso a caso. Homologada conta e havendo valor incontroverso, o depósito recursal é liberado. Quando o cálculo homologado é o elaborado pelo perito contador, primeiro a reclamada é citada.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que quando ocorre a desconsideração da pessoa jurídica, primeiro é utilizado o convênio BacenJud (preventivamente) e, depois, é citado o sócio.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 29.08.2016, ocasião em que o acervo processual da 2ª Vara do Trabalho de Sapiroanga contava com 1.337 processos na fase de conhecimento, 48 processos na fase de liquidação, 199 processos na fase de execução e 1.030 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	9
Processos com petições avulsas	20
Processos com habilitações nos autos não lidas	156
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	3
Processos com petições não apreciadas	254 0020109-62.2014.5.04.0372 (04.08.2016)
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	26
Processos com audiências não designadas	13
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiências	49

Pasta	Subpastas	Número de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	116	0020497-28.2015.5.04.0372	07.06.2016
Prazos vencidos	Conhecimento	100	00203369-42.2014.5.04.0372	19.07.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	16	0020046-03.2015.5.04.0372	22.05.2016
Preparar Comunicação	Conhecimento	51	0020249-28.2016.5.04.0372	18.08.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	37	0020807-97.2016.5.04.0372	09.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência –Liq	Liquidação 2016 – julho 18 a 22	6	0020210-65.2015.5.04.0372	20.05.2016
Aguardando término dos prazos -Liq	Liquidação	9	0020022-09.2014.5.04.0372	15.05.2016
Prazos vencidos	Liquidação	13	0020058-80.2016.5.04.0372	12.07.2016
Aguardando Cumprimento de Providência	Execução	37	0020045-18.2015.5.04.0372	01.04.2016



Aguardando término dos prazos	Execução	42	0020310-20.2015.5.04.0372	07.07.2016
Prazos Vencidos	Execução	31	0020148-25.2015.5.04.0372	21.06.2016

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos no dia 12.08.2016:

1	Processo nº 0020571-82.2015.5.04.0372
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – petição apresentada pela reclamante em 08.05.2016 (ID c38227a), noticiando o inadimplemento do acordo, ainda não apreciada pelo Juízo. Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - BRUNEI 01-08-2016 prazo para pagar dívida remanescente” desde 06.08.2015.	
2	Processo nº 0021196-19.2015.5.04.0372
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – petição conjunta protocolada pelo reclamante e 2ª reclamada em 19.05.2016 (ID bb9f4f2), requerendo homologação de acordo, ainda não apreciada pelo Juízo. Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - 2016 - 07(jul) - 18 a 22” desde 19.02.2016.	
3	Processo nº 0020369-42.2014.5.04.0372
Fase: Conhecimento Movimentação processual: demora no impulso processual – embargos de declaração opostos pelas reclamadas entre 06.06 e 07.06.2016 (IDs 23261d9, dcc68e1, 69f4b1d, dee551f, 87a3c91, 3ef7bf8 e 9d33a35) com despacho subsequente proferido em 10.07.2016 (ID be7ef0e).	
4	Processo nº 0020025-27.2015.5.04.0372
Fase: Conhecimento Movimentação Processual: demora no impulso processual – após a petição da 2ª reclamada em 21.06.2016 (ID e31a192), com juntada de comprovante de depósito de valores relativos ao recolhimento previdenciário, não é verificado impulso processual posterior quanto à liberação dos valores depositados. Processo na pasta de tarefa “Análise do Conhecimento - Expedir alvará” desde 07.07.2016.	
5	Processo nº 0020252-51.2014.5.04.0372
Fase: Liquidação	



Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 20.06.2016 (ID c475274) para 1ª reclamada retirar alvará, não é verificado impulso processo quanto ao cumprimento das determinações preestabelecidas na decisão de liquidação de sentença proferida em 24.05.2016 (ID 53712ff).

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos” desde 21.06.2016.

6

Processo nº 0020168-16.2015.5.04.0372

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** petição de impugnação aos cálculos apresentada pela 1ª reclamada em 15.04.2016 (ID abd9d72), com despacho subsequente proferido em 19.05.2016 (ID e19e14c). **2)** Após o vencimento do prazo preclusivo em 24.06.2016 (ID 0b89276) para reclamada impugnar os cálculos de liquidação apresentados pela reclamante, não é verificado impulso processual posterior por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos” desde 25.06.2016.

7

Processo nº 0020210-65.2015.5.04.0372

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – perita contábil, Valdete Maria Finotti, intimada em 20.05.2016 (ID 43aa32a) para apresentar cálculos no prazo de 30 dias. Transcorrido o prazo, sem a apresentação dos cálculos, a intimação foi renovada, apenas, em 29.07.2016 (ID 602d93d).

- Situação semelhante é observada no processo nº 0020318-31.2014.5.04.0372.

8

Processo nº 0020058-80.2016.5.04.0372

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo recursal em 17.05.2016 (ID 96315ac), sem a interposição de recursos, com impulso processual subsequente efetivado em 15.06.2016 (ID 77df4f8). **2)** Após o vencimento do prazo em 11.07.2016 (ID 6f5b86d) para ciência da decisão, que determinou a liquidação da sentença, não houve impulso processual segundo as determinações preestabelecidas na referida decisão. Processo na pasta de tarefas “Prazos vencidos” desde 12.07.2016.

9

Processo nº 0020148-25.2015.5.04.0372

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** após o vencimento do prazo em 20.06.2016 (ID f4f65dd) para a executada comprovar o pagamento do acordo descumprido, sob pena de prosseguimento da execução, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa “Prazos vencidos” desde 21.06.2016.

10

Processo nº 0020108-77.2014.5.04.0372



Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** vencimento do prazo em 02.05.2016 (ID 409ab54) para pagamento ou garantia do juízo, sem manifestação da executada, com decisão subsequente proferida em 09.06.2016 (ID e8e7d03). **2)** Decisão proferida em 09.06.2016 (ID e8e7d03), determinando a penhora de dinheiro mediante bloqueio de numerário, ainda sem cumprimento verificado.

Processo na pasta de tarefa “Análise de Execução - EFETUAR BACEN” desde 09.06.2016.

A Diretora de Secretaria informou que todos os servidores atuam no PJe. O trabalho é distribuído por tarefas entre todos. Dentro das tarefas, os processos são organizados por prazos, nome de empresa ou tarefa a ser executada.

Observou-se que há um certo atraso na movimentação processual dentro das tarefas. Entretanto, os lapsos de movimentação são plenamente justificáveis tendo em vista que a Unidade, desde o início do ano, tem estado com o quadro incompleto: dois servidores a menos; duas servidoras em licença-maternidade e nenhum estagiário desde o início de julho.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT, nos períodos de 14 a 18.03.2016; 21 e 22.03.2016; de 08 a 12.08.2016.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 02 expedientes relativos à 2ª Vara do Trabalho de Sapiranga durante o período correccionado: 01 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	5609/2015	0020176-90.2015.5.04.0372
2016	3355/2016	0000761-63.2011.5.04.0372

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Em termos de movimentação processual, a unidade situa-se na faixa de 1.001 a 1.500 processos/ano. O acervo processual da unidade aumentou 12,34% no ano de 2015, percentual superior ao das unidades similares e ao do TRT4. Em contrapartida, o mesmo resultado não se repetiu no primeiro semestre de 2016, tendo a unidade apresentado decréscimo de 8,56% no número de processos em tramitação, enquanto as varas de porte semelhante e o TRT como um todo apresentaram acréscimo no acervo. Em suma, eram 3.088 processos tramitando em 31.12.2014 e 3.172 processos em 30.06.2016.



No período correccionado, o prazo médio de tramitação do processo entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença apresentou elevação, mas ainda é menor que o prazo médio das unidades similares e que o do TRT4; houve elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto em relação ao rito ordinário; na fase de execução, o prazo médio de tramitação recuou nesse período, sendo mais célere que o prazo médio das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e de toda a 4ª Região.

Na fase de conhecimento, constata-se que vêm aumentando o número de processos pendentes de solução: eram 639 processos em 2014 e 819 no final de junho de 2016, o que se deve principalmente à redução no número de processos solucionados no período. O número de processos pendentes na fase de liquidação é pequeno se comparado ao das demais fases; ademais, houve redução do quantitativo no primeiro semestre de 2016: eram 173 processos em 31.12.2015 e 151 em 30.06.2016 (queda de 12,72%). Quanto à fase de execução, os dados do período correccionado apontam elevação de 62,10% no estoque de processos pendentes na fase, resultado que vai ao encontro da tendência de aumento apresentada na 4ª Região, ainda que em patamar bem superior ao apresentado pelo TRT4. Relatou a Diretora que a Unidade tem muitos processos em execução, na sua grande maioria com muitas reclamadas no polo passivo e com contratos entre si que envolvem diferentes períodos, o que causa muitos problemas em relação à responsabilidade de cada uma.

Quanto aos acordos, houve diminuição do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária em 2015 e no primeiro semestre de 2016. Mesmo assim, o índice de conciliação é superior ao das unidades similares e à média regional no período.

Segundo a Diretora, todas as ações são incluídas em pauta. Há Portaria do Foro determinando que as ações sejam desmembradas quando versem também sobre matéria acidentária.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade e o bom aproveitamento do espaço físico.

Quanto ao quadro de pessoal, informou a Diretora que a unidade sempre sofreu com a grande rotatividade de servidores. A situação este ano está bastante complicada pela existência de duas vagas no quadro de servidores e duas licenças maternidade.

Em relação à organização do trabalho na secretaria, a divisão é por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Todos atuam no PJe. Para otimizar o trabalho, a Unidade tem adotado o “despacho-ofício” e o “despacho-alvará”. Também foi publicada portaria autorizando a Diretora a assinar os mandados expedidos. A atual Juíza Titular, segundo a Diretora, é muito objetiva e procura otimizar ao máximo o trabalho.

Requeru a Diretora que, no caso de solicitação de carga dos processos arquivados, independentemente de onde estejam arquivados, a questão seja resolvida pela CCDF. Solicitou, também, que seja criado no PJe algum critério para organizar o agrupador do Oficial de Justiça, pelo menos separando mandados cumpridos de não cumpridos. Entende que o ideal seria haver triagem na própria central de mandados. Informou que, às vezes, ocorrem problemas



devido ao cumprimento parcial do mandado, por exemplo, quando há dois endereços indicados como alternativa para cumprimento e o oficial informa o cumprimento da diligência sem indicar em qual dos endereços ela foi feita ou, ainda, por serem muito sucintas as certidões. Também solicitou que fosse disponibilizada a possibilidade de assinatura em lote dos mandados.

A demanda da Diretora de Secretaria em relação ao PJe depende do aceite e posterior implementação do CSJT. Tal demanda já foi encaminhada à Assessoria Técnico-Operacional da Corregedoria, que por sua vez encaminhará ao Comitê Gestor Regional do TRT4 para enviá-la ao CSJT.

Os dados coletados previamente à correição por meio dos sistemas eletrônicos disponíveis à Vice-Corregedoria e os obtidos durante a visita revelam a boa organização da 2ª Vara do Trabalho de Sapiroanga que, muito embora esteja por um longo período com o quadro insuficiente de servidores, tem, na pessoa da Diretora Maria Teresa Mollmann, dos Juízes em exercício e dos servidores, se empenhado para prestar adequado atendimento aos jurisdicionados, pelo que merece ser parabenizada.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que o cumprimento da meta correspondente ao ano de 2015 não foi por ela observado (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que continue a envidar esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, uma vez que não observado o cumprimento da meta específica no ano de 2015 (Item 5.1.3).

Ressalte-se que os dados parciais do corrente ano sinalizam cumprimento dessa meta.

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)



Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a)** aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne aos pedidos de homologação de acordo ou às manifestações referentes a eventual descumprimento;
- b)** atente para a necessidade de liberação de valores, mediante a expedição de alvará, logo após o correspondente depósito realizado no processo;
- c)** atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne à tentativa de penhora de valores através do convênio Bacenjud;
- d)** transcorrido o prazo para manifestação das partes, realize, com a maior brevidade possível, a conclusão para o subsequente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, nos processos que estão em fase de liquidação de sentença.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o



registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);

b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração) e elimine a pendência constatada no processo n. **0020437-89.2014.5.04.0372**;

c) considerando que não foi registrado no momento oportuno a decisão de antecipação de tutela nos processos listados no item 3.6 e Anexo 01, para que seja eliminada a pendência desses incidentes, a Unidade deverá observar o seguinte procedimento: acessar o menu Processos>Outras Ações> Retificar Autuação e desmarcar a caixa de seleção “Pedido de Liminar/Antecipação de Tutela”;

f) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Impugnação à sentença de liquidação oposta no processo n. **0001197-22.2011.5.04.0372**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPC. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência, para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processo de nº **0165300-76.1993.5.04.0372**;



b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, em especial os comprovantes de depósito recursal e custas que acompanham o recurso, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPR, para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos de nº **0001483-29.2013.5.04.0372**, **0000709-96.2013.5.04.0372** e **0001176-46.2011.5.04.0372**;

c) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquelas verificadas nos processos de n. **0165300-76.1993.5.04.0372** e **0001176-46.2011.5.04.0372**, dentre outros;

e) observe o que dispõe o parágrafo único do artigo 53 da CPR quanto ao número do telefone e/ou endereço do profissional que retirou os autos em carga.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no inFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 428 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como o de nº **0073200-34.1995.5.04.0372**, dentre outros;

b) archive processos como os de nº **0001169-20.2012.5.04.0372**, **0001097-67.2011.5.04.0372**, **0154200-56.1995.5.04.0372**, **0001354-58.2012.5.04.0372** e **0001046-85.2013.5.04.0372**, dentre outros;

c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0066400-33.2008.5.04.0372**, **0100400-98.2004.5.04.0372**, **0015100-66.2007.5.04.0372**, **0000736-50.2011.5.04.0372**, **000136700-54.2007.5.04.0372**, **0001323-04.2013.5.04.0372**, **0000136-29.2011.5.04.0372**, dentre outros;

d) dê andamento a processos recebidos do TRT como os de nº **0000727-83.2014.5.04.0372**, **0000017-29.2015.5.04.0372**, dentre outros;

e) atualize os registros de processos como os de nº **0000234-48.2010.5.04.0372**, **0012100-29.2005.5.04.0372** e **0060700-81.2005.5.04.0372**, dentre outros;



f) devolva Cartas Precatórias, atualize seus registros ou dê andamento às devolvidas como na de nº **0000819-61.2014.5.04.0372**, dentre outras.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que a Juíza Carolina Santos Costa de Moraes e Cristina Bastiani profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listadas ao final deste relatório (Anexo 02), devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

As magistradas deverão informar a essa Vice-Corregedoria, **em dez dias, caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

Na data da publicação deste relatório, não remanescem pendências apontadas no item 6.9, em relação aos Fernando Reichenbach e Marina dos Santos Ribeiro. Nada a determinar, portanto.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria **(exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br)** sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

A Juíza Carolina Santos Costa de Moraes deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

16 PRESENÇAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes, com a Diretora de Secretaria Maria Teresa Mollmann e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Ninguém compareceu.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

17 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes, pela Diretora de Secretaria Maria Teresa Mollmann e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PENDENTE DE SOLUÇÃO

0020004-17.2016.5.04.00372
0020006-84.2016.5.04.3072
0020008-54.2016.5.04.0372
0020012-91.2016.5.04.0372
0020063-05.2016.5.04.0372
0020078-71.2016.5.04.0372
0020100-32.2016.5.04.0372
0020106-39.2016.5.04.0372
0020112-46.2016.5.04.0372
0020113-31.2016.5.04.0372
0020114-16.2016.5.04.0372
0020117-68.2016.5.04.0372
0020127-15.2016.5.04.0372
0020128-97.2016.5.04.0372
0020129-82.2016.5.04.0372
0020134-07.2016.5.04.0372
0020140-14.2016.5.04.0372
0020141-96.2016.5.04.0372
0020176-56.2016.5.04.0372
0020305-32.2014.5.04.0372
0020313-41.2016.5.04.0371
0020332-44.2016.5.04.0372
0020383-55.2016.5.04.0372
0020394-84.2016.5.04.0372
0020436-36.2016.5.04.0372
0020523-89.2016.5.04.0372
0020529-96.2016.5.04.0372
0020538-58.2016.5.04.0372
0020549-87.2016.5.04.0372
0020557-64.2016.5.04.0372
0020562-23.2015.5.04.0372
0020577-55.2016.5.04.0372
0020593-09.2016.5.04.0372
0020611-64.2015.5.04.0372
0020628-66.2016.5.04.0372



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020651-12.2016.5.04.0372
0020658-38.2015.5.04.0372
0020660-71.2016.5.04.0372
0020661-56.2016.5.04.372
0020665-93.2016.5.04.0372
0020680-62.2016.5.04.0372
0020681-47.2016.5.04.0372
0020692-76.2016.5.04.0372
0020695-31.2016.5.04.0372
0020720-78.2015.5.04.0372
0020727-70.2015.5.04.0372
0020754-19.2016.5.04.0372
0020809-04.2015.5.04.0372
0020893-05.2015.5.04.0372
0020911-26.2015.5.04.0372
0021052-45.2015.5.04.0372
0021071-51.2015.5.04.0372
0021099-19.2015.5.04.0372
0021129-54.2015.5.04.0372
0021271-58.2015.5.04.0372



ANEXO 02

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes – Processo de Cognição (37 processos)

0000968-57.2014.5.04.0372
0000325-36.2013.5.04.0372
0000038-05.2015.5.04.0372
0020216-72.2015.5.04.0372
0020665-30.2015.5.04.0372
0020983-13.2015.5.04.0372
0020809-04.2015.5.04.0372
0020843-76.2015.5.04.0372
0020816-93.2015.5.04.0372
0021099-19.2015.5.04.0372
0020486-96.2015.5.04.0372
0020828-10.2015.5.04.0372
0020408-05.2015.5.04.0372
0020484-29.2015.5.04.0372
0020627-15.2015.5.04.0373
0020865-37.2015.5.04.0372
0020890-50.2015.5.04.0372
0020028-79.2015.5.04.0372
0021000-49.2015.5.04.0372
0020892-20.2015.5.04.0372
0020893-05.2015.5.04.0372
0021120-92.2015.5.04.0372
0020412-42.2015.5.04.0372
0020841-09.2015.5.04.0372
0021187-57.2015.5.04.0372
0020751-98.2015.5.04.0372
0021271-58.2015.5.04.0372
0020971-96.2015.5.04.0372
0020438-40.2015.5.04.0372
0020883-58.2015.5.04.0372
00020059-02.2015.5.04.0372
0020170-83.2015.5.04.0372



0020991-87.2015.5.04.0372
0020360-80.2014.5.04.0372
0020325-52.2016.5.04.0372
0020436-36.2016.5.04.0372
0020169-98.2015.5.04.0372

Juíza Titular Carolina Santos Costa de Moraes - Embargos à execução (04 processos)

0034600-50.2009.5.04.0372
0000054-61.2012.5.04.0372
0001154-17.2013.5.04.0372
0000467-11.2011.5.04.0372

Juíza Substituta Cristina Bastiani – Processos de Cognição (73 processos)

0000939-07.2014.5.04.0372
0000814-39.2014.5.04.0372
0000701-85.2014.5.04.0372
0000377-32.2013.5.04.0372
0020151-77.2015.5.04.0372
0020123-12.2015.5.04.0372
0020312-87.2015.5.04.0372
0020488-66.2015.5.04.0372
0020352-06.2014.5.04.0372
0020164-76.2015.5.04.0372
0020156-02.2015.5.04.0372
0020125-79.2015.5.04.0372
0020402-92.2015.5.04.0373
0020047-85.2015.5.04.0372
0020219-27.2015.5.04.0372
0020609-94.2015.5.04.0372
0020049-55.2015.5.04.0372
0020086-82.2015.5.04.0372
0020615-04.2015.5.04.0372
0020332-78.2015.5.04.0372
0020307-65.2015.5.04.0372
0020333-63.2015.5.04.0372
0020599-50.2015.5.04.0372
0020119-72.2015.5.04.0372
0020351-84.2015.5.04.0372
0020686-06.2015.5.04.0372
0020358-76.2015.5.04.0372



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020340-55.2015.5.04.0372
0020345-77.2015.5.04.0372
0020346-62.2015.5.04.0372
0020644-54.2015.5.04.0372
0020365-68.2015.5.04.0372
0020389-96.2015.5.04.0372
0020393-70.2014.5.04.0372
0020385-59.2015.5.04.0372
0020393-36.2015.5.04.0372
0020881-88.2015.5.04.0372
0020735-47.2015.5.04.0372
0020406-35.2015.5.04.0372
0020759-75.2015.5.04.0372
0020222-16.2014.5.04.0372
0020362-16.2015.5.04.0372
0020356-09.2015.5.04.0372
0020950-23.2015.5.04.0372
0020204-92.2014.5.04.0372
0020213-20.2015.5.04.0372
0020658-38.2015.5.04.0372
0020187-22.2015.5.04.0372
0020630-70.2015.5.04.0372
0020505-05.2015.5.04.0372
0020020-68.2016.5.04.0372
0021047-23.2015.5.04.0372
0020064-87.2016.5.04.0372
0020691-28.2015.5.04.0372
0021089-72.2015.5.04.0372
0020674-89.2015.5.04.0372
0020820-33.2015.5.04.0372
0020616-86.2015.5.04.0372
0020108-09.2016.5.04.0372
0020161-58.2014.5.04.0372
0020832-47.2015.5.04.0372
0020637-62.2015.5.04.0372
0020595-13.2015.5.04.0372
0020433-18.2015.5.04.0372
0020845-46.2015.5.04.0372
0020088-52.2015.5.04.0372
0020636-77.2015.5.04.0372



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020617-71.2015.5.04.0372

0021031-69.2015.5.04.0372

0020633-25.2015.5.04.0372

0020723-33.2015.5.04.0372

0020116-20.2015.5.04.0372

0020430-63.2015.5.04.0372